



## **Ata da 13ª reunião ordinária – Gestão Biênio - (2022-2024).**

### **do Conselho Estadual LGBT.**

Ao vigésimo quinto dia do mês de agosto de dois mil e vinte e três, das 10:00 às 17:00, realizada presencialmente à Rua Antônio de Godoy, 122, 9º andar – Auditório Hélio Santos.

**Estavam presentes conselheiros representantes da sociedade civil:** pelo segmento de lésbicas: Monica Araújo (titular) e Alessandra Acedo (titular); pelo segmento de gays: Gustavo Don (titular) e Renan Lira da Silva (suplente); pelo segmento de bissexuais: André Luiz de Lima (suplente); pelo segmento de travestis/mulheres transexuais: não houve representação e pelo segmento de homens trans: não houve representação. **Justificou ausência por e-mail:** Luiz Fernando Prado Uchôa (titular pelo segmento de homens trans). **Solicitou desligamento:** Iyá Fernanda de Moraes (Titular pelo segmento de travestis/mulheres transexuais).

**Estavam presentes conselheiros representantes do poder público:** Secretaria da Justiça e Cidadania: Rafael Calumby Rodrigues (titular); Secretaria de Educação: Adriano Rodrigues Biajone (titular); Secretaria da Administração Penitenciária: Maria Aparecida Gobato (titular) e Ricardo V. Oliveira Santos (suplente); Secretaria de Saúde: Fabiola Santos Lopes (titular); Secretaria da Segurança Pública: sem representação; Secretaria da Cultura e Economia Criativa: sem representação; Casa Civil: sem representação; Secretaria de Esportes: sem representação; Secretaria da Segurança Pública: sem representação; Secretaria de Turismo e Viagens: sem representação. Os representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social Thiago Luiz Bezerra dos Santos (titular) e Naiara Carneiro Teixeira (suplente), manifestaram-se por e-mail sobre o desligamento em virtude das faltas, solicitando o desligamento do mailing.

Para iniciar os trabalhos foram escolhidos Renan Lira da Silva para presidir a reunião e Fabiola Santos Lopes para secretariar. A pauta informada na convocação da reunião foi: 1. Informes; 2. Eleição da nova presidência e secretariado do Conselho; 3. Apreciação do Plano de Trabalho. Após a abertura oficial, Claudia Katherine O. Martins, executiva pública que atua no apoio aos conselhos, fez os seguintes informes: 1) A Coordenadoria, no Pateo do Colégio, conta com uma sala para despachos que pode ser utilizada pelo presidente e/ou secretaria executiva do Conselho, sendo necessário apenas o agendamento. 2) Na prestação de contas não pode haver rasuras de nenhuma natureza, pois o setor financeiro devolve. Faz uma explicação sobre os cuidados a serem observados no preenchimento da prestação de contas e as regras para reembolso. Esclarece que os pagamentos das diárias são liberados de acordo com o horário da reunião. Não tem como reembolsar diárias ou transporte que extrapolem os horários da reunião. Alessandra coloca que os gastos dos conselheiros que vem de regiões mais distantes de São Paulo, município, ficam altos e a demora no reembolso dificulta a participação. André Lima dá um exemplo de um evento que participou em Piracicaba, em que conseguiram articular transporte e hospedagem. E também reforça que o



relatório bem detalhado com todas as atividades realizadas é fundamental para o recebimento. Claudia retoma a palavra e informa que o PPA foi elaborado e que o valor é distribuído para todos os conselhos vinculados a Secretaria da Justiça. Alessandra questiona de que forma é distribuído o dinheiro entre os conselhos e Claudia esclarece que tem 02 contas. Uma é para o reembolso de despesas dos conselheiros e a outra é para realização de eventos. Coloca que ela, Claudia, e o Marcelo são apoio ao Conselho LGBT+. E reforça que a construção e apresentação de um Plano de Trabalho do conselho é importante para alocação de recursos.

Após essa fala inicial de informes administrativos, o presidente Renan informa que não tem quórum para as 02 pautas do dia, que são a eleição e a aprovação do plano de trabalho. Não tem a presença de conselheiros da sociedade civil e os representantes do poder público que constaram como desligados no relatório do GT de faltas ainda não foram substituídos. Questiona para Claudia como estão os trâmites e ela informa que já foi encaminhada uma relação com os novos titulares para publicação em Diário Oficial. Mônica coloca que pelo Regimento Interno a tolerância para atrasos na reunião é de 15 minutos, e que após esse horário a presença do conselheiro não é mais computada para efeito de quórum. André Lima coloca que a rigidez no horário pode ser prejudicada pela distância que alguns conselheiros precisam percorrer. Os presentes fazem algumas considerações sobre a questão da tolerância dos 15 minutos, e as dificuldades de manter ou não essa regra. Marcelo coloca as dificuldades da publicação das atas e pergunta se os conselheiros receberam as atas das reuniões anteriores. Após manifestação dos presentes sobre o não recebimento das atas das 02 últimas reuniões, Marcelo informa que fará contato com o secretário anterior para agilizar essa questão.

Retomando a discussão anterior, Alessandra pondera sobre o regimento ser o norteador das ações do Conselho. Apesar de não constar no regimento, foi acordado em reunião que os atrasos teriam um teto de tolerância. Se os conselheiros querem modificar, pode ser discutido quando houver quórum para essa deliberação. Coloca ainda as dificuldades no desenvolvimento das ações do Conselho por falta de quórum nas reuniões. Sugere que haja uma articulação com os pares (representantes dos mesmos segmentos) para que não haja dissolução do Conselho. E pondera que o poder público precisa ter maior celeridade na publicação das representações. Mônica coloca que as atividades do GT para a mudança do Regimento deve ser prioridade para dar a maior transparência possível para as ações do Conselho. Sugere uma força tarefa, e que também pode ser atrelado ao GT que discutirá as mudanças no Decreto. O presidente Renan coloca sua preocupação sobre a manutenção do Conselho. Coloca que as representações do poder público são garantidas, porque são nomeados. Mas a sociedade civil não. Sugere que este também seja pauta do GT para mudança do Regimento e do Decreto. André Lima sugere que se encerre a possibilidade de reunião virtual. Que as reuniões presenciais são fundamentais para comprometer e responsabilizar os conselheiros. Rafael coloca que o edital já colocava que a participação era voluntária. Sugere refletir sobre o comprometimento das pessoas. Coloca que ele se preocupou de não se manter na presidência, pois já estava sendo questionado sobre o poder público não passar a coordenação do Conselho para a sociedade civil, como previsto. Coloca a importância do papel da sociedade civil para a manutenção e funcionamento do Conselho. Informa ainda que está sendo cobrado para apresentar o Plano de Trabalho do Conselho.

Alessandra faz um resgate histórico dos movimentos em parceria com o poder público. Coloca todas as conquistas alcançadas pelo movimento social e considera fundamental ampliar a participação dos representantes conselheiros para que estas conquistas não sejam extintas. Sugere que devemos avaliar para as próximas eleições que as representações sejam por entidades e não por indivíduos. Isso garantiria melhor participação, já que se o representante não comparecer assiduamente, a instituição pode indicar outro. E que considera que a cobrança do Plano de Trabalho não é pertinente ao Secretário. Claudia reforça a importância do Plano de Trabalho, e que os conselhos devem se organizar a partir das coordenadorias. Informa que foi criada a Coordenação de políticas para a população Indígena. Com relação às reuniões presenciais/itinerantes sugeridas como alternativa para maior participação dos conselheiros, informa que o estado não conta com recursos para isso. Retomando a palavra, o presidente Renan coloca que os cargos de confiança são ocupados por pessoas que nem sempre serão aliadas do movimento. E que o Plano de Trabalho é propositivo, mas não é garantia de alocação de recursos. Coloca que mesmo que as propostas sejam satisfatórias elas precisam de aprovação para acontecer, e que o Conselho não está conseguindo quórum para essa aprovação. Coloca ainda que as propostas no Plano de Trabalho devem ser exequíveis, e que o governo não faz política sem a participação da sociedade numa construção coletiva. Mônica reforça a necessidade do plano, para poder cobrar do governo as ações propostas. Faz considerações sobre a fragilidade do movimento social e o quanto isso está impactando nas atividades desse Conselho. Informa que a eleição para o Conselho de São Paulo vai acontecer o ano que vem, coincidindo com as eleições municipais. E será um período delicado e difícil, por isso precisamos estar mais fortalecidos. André Lima novamente questiona sobre onde estão nossos pares (sociedade civil). Mônica considera a importância da participação dos suplentes nas reuniões. No entanto este não é um consenso, já que suplentes não votam, se houver a presença do titular. Então não haveria necessidade e que o titular é que deve manter o suplente informado e avisar em tempo hábil que não poderá comparecer na reunião, para que o suplente possa se organizar. Rafael coloca todas as atividades que estão sendo realizadas pela Coordenadoria, coloca que muitas destas atividades dependem do empenho individual da Coordenação, e que muitas ações poderiam ser concretizadas se houvesse mais esforço conjunto. Que se o problema é falta de recursos ele se dispõe a sugerir na ALESP um recurso, mas questiona quem irá junto e qual o planejamento para o uso desse recurso. E que tem coisas que transcendem a atuação da Coordenadoria. Fabiola coloca que as reuniões são pouco produtivas e que como os objetivos são os mesmos, deveria ter uma maior parceria.

Alessandra questiona a Rafael sobre a suplência da Secretaria de Justiça. Rafael informa que a suplente é a Débora, que atua na Fundação CASA. Mas que ele está presente em todas as reuniões e até o momento não houve necessidade de acionar a suplência. Alessandra informa que na formação anterior do Conselho não dava para os suplentes participar se o titular participasse, porque não havia reembolso. Não concorda que os suplentes têm obrigatoriamente que estar nas reuniões, mas que se eles puderem participar sem dúvidas é importante. André Lima coloca que é necessário a produção do Plano de Trabalho. Que ele está presente nesta reunião porque foi acionado pelo titular Piroca, que não poderia estar presente. Mas que está na reunião pelo compromisso com as pessoas que o elegeram, porque também tem dificuldades para participar. Não tem como participar de todas as reuniões. E hoje veio por causa da importância da pauta, que era eleição da presidência e da diretoria e a



aprovação do Plano de Trabalho. Mônica informa que no Regimento Interno consta a convocação dos suplentes. Renan informa que ele mesmo é suplente, e quando recebe a convocação ele avalia se consegue ou não participar. Questiona se nessa reunião que não houve quórum, há reembolso e Marcelo informa que sim.

Foi feita uma pausa para o almoço e no período da tarde analisar e fazer propostas e sugestões do Plano, mesmo que não possa ser aprovado, mas para ficar melhor desenhado e adiantado para a próxima reunião.

Retomando os trabalhos, Alessandra apresenta o Plano, informando que o plano anterior foi construído a partir das propostas da Conferência Nacional. Então resgatou o plano anterior e elaborou propostas a partir das que não foram contempladas. Foram discutidos todos os tópicos, item a item. Após as discussões Alessandra se compromete a adequar o plano com as discussões que foram inseridas e enviar para o apoio aos Conselhos, para que seja divulgado entre os conselheiros antes da próxima reunião, para agilizar a aprovação. Sugerido chamar uma reunião extraordinária para o dia 15/09 para apreciação do plano. Aprovado. Outras sugestões para as próximas reuniões: acelerar os trabalhos para alteração do regimento interno e decreto (pode ser o mesmo GT e não um para cada), solicitar que as secretarias apresentem suas ações, podendo ser uma ou duas por reunião, retomada do funcionamento do Comitê Intersecretarial ligado a Secretaria de Justiça, construir um protocolo de pesquisa sobre questões importantes relacionadas aos direitos da população LGBTQ+, reforçar a presença dos conselheiros nas reuniões. Após discussão dos presentes, todos concordaram com os encaminhamentos realizados, mesmo considerando que a reunião não teve quórum para aprovação de nenhum dos itens da pauta. Alessandra então faz um informe sobre um evento em alusão ao dia 29 de agosto, Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, na Câmara Municipal de São Paulo. E que no dia 29 mesmo haverá exposição e roda de conversa na Secretaria da Cultura. Nada mais havendo a discutir a reunião encerrou-se às 17hs.